

TRATADO

ENTRE O

BRAZIL E A BOLIVIA

CONCLUIDO EM

Petropolis aos 17 de novembro de 1903

A Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Republica da Bolivia, animadas do desejo de consolidar para sempre a sua antiga amizade, removendo motivos de ulterior desavença, e querendo ao mesmo tempo facilitar o desenvolvimento das suas relações de commercio e boa vizinhança, convieram em celebrar um Tratado de permuta de territorios e outras compensações, de conformidade com a estipulação contida no art. 5º do Tratado de Amisado, Limites, Navegação e Commercio de 27 de Março de 1867.

E para esse fim, nomearam Plenipotenciarios, a saber:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, os Srs. José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores, e Joaquim Francisco de Assis Brasil, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario nos Estados Unidos da America; e

O Presidente da Republica da Bolivia os Srs. Fernando E. Guachalla, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Missão Especial no Brasil e Senador da Republica, e Claudio Pinilla, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario no Brasil, nomeado Ministro das Relações Exteriores da Bolivia;

Os quaes, depois de haverem trocado os seus plenos poderes, que acharam em boa e devida forma, concordaram nos artigos seguintes:

ARTIGO I

A fronteira entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a da Bolivia ficará assim estabelecida:

§ 1.º) Partindo da latitude Sul de 20º. 08'. 35" em frente ao desaguadouro da Bahia Negra, no Rio Paraguay, subirá por este rio até um ponto na margem direita distante nove kilometros, em linha recta, do forte de Coimbra, isto é, approximadamente em 19º. 53'. 05" de latitude e 14º. 39'. 14" de longitude Oeste do Observatorio do Rio de Janeiro (57º. 47'. 40" Oeste de Greenwich), segundo o Mappa da fronteira levantado pela Commissão Mixta de limites, de 1875; e continuará desde esse ponto, na margem direita do Paraguay, por uma linha geodesica que irá encontrar outro ponto a quatro kilometros, no rumo verdadeiro de 27º. 1'. 22" Nordeste, do chamado « Marco do fundo da Bahia Negra », sendo a distancia de quatro kilometros medida rigorosamente sobre a fronteira actual, de sorte que esse ponto deverá estar, mais ou menos, em 19º. 45'. 36",6 de latitude e 14º. 55'. 46",7 de longitude Oeste do Rio de Janeiro (58º. 04'. 12",7 Oeste de Greenwich). Dahi seguirá no mesmo rumo determinado pela Commissão Mixta de 1875 até 19º. 2' de latitude e, depois, para Leste, por este paralelo até o arroio Conceição, que descerá até a sua bocca na margem meridional do desaguadouro da lagoa de Caceres, tambem chamado rio Tamengos. Subirá pelo desaguadouro até o meridiano que corta a ponta do Tamarindeiro e depois para o Norte, pelo meridiano de Tamarindeiro, até 18º. 54' de latitude, continuando por este paralelo para Oeste até encontrar a fronteira actual.

§ 2.º) Do ponto de intersecção do paralelo de 18º. 54' com a linha recta que forma a fronteira actual seguirá, no mesmo rumo que hoje, até 18º. 14' de latitude e por este paralelo irá encontrar a Leste o

La República de los Estados Unidos del Brasil y la República de Bolivia, animadas del deseo de consolidar para siempre su antigua amistad, removiendo motivos de ulteriores desavenencias, y queriendo al mismo tiempo facilitar el desenvolvimiento de sus relaciones de comercio y buena vecindad, convenieron en celebrar un Tratado de permuta de territorios y otras compensaciones, de conformidad con la estipulación contenida en el Artículo 5º del Tratado de Amistad, Limites, Navegación y Comercio de 27 de Marzo de 1867.

Y, con ese fin, han nombrado Plenipotenciarios, a saber:

El Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil a los Srs. José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores, y Joaquim Francisco de Assis Brasil, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en los Estados Unidos de America; y

El Presidente de la República de Bolivia, a los Srs. Fernando E. Guachalla, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en Misión Especial en el Brasil y Senador de la República, y Claudio Pinilla, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en el Brasil, nombrado Ministro de Relaciones Exteriores de Bolivia;

Los cuales, despues de haber canjeado sus plenos poderes, que que los hallaron en buena y debida forma, acordaron los articulos siguientes:

ARTICULO I

La frontera entre la República de los Estados Unidos del Brasil y la Bolivia quedará asi establecida:

§ 1º) Partiendo de la latitud Sud de 20º. 08'. 35", frente al desaguadero de la Bahia Negra, en el rio Paraguay, subirá por este rio hasta un punto en la margen derecha distante nueve kilometros en línea recta del fuerte de Coimbra, esto es, aproximadamente en 19º. 53'. 05" de latitud y 14º. 39'. 14" de longitud Oeste del Observatorio de Rio de Janeiro (57º. 47'. 40" Oeste de Greenwich), segun el Mapa de la frontera levantado por la Comisión Mixta de Limites, de 1875; y continuará desde ese punto, en la margen derecha del Paraguay, por una línea geodesica que irá a encontrar otro punto, a cuatro kilometros en el rumbo verdadero de 27º. 1'. 22" Nordeste del llamado « Marco del fondo de Bahia Negra », siendo la distancia de cuatro kilometros medida rigurosamente sobre la frontera actual, de manera que ese punto deberá estar, mas ó menos, en 19º. 45'. 36",6 de latitud y 14º. 55'. 46",7 de longitud Oeste de Rio de Janeiro (58º. 04' 12",7, Oeste de Greenwich). De allí seguirá en el mismo rumbo determinado por la Comisión Mixta de 1875 hasta 19º. 2' de latitud y, despues para el Este, por ese paralelo hasta el arroyo Concepción, que bajará hasta su desembocadura en la margen meridional del desaguadero de la laguna de Caceres, tambien llamado rio Tamengos. Subirá por el desaguadero hasta el meridiano que corta la punta del Tamarineiro, y despues para el Norte, por el citado meridiano del Tamarineiro, hasta 18º. 54' de latitud, continuando por ese paralelo para el Oeste hasta encontrar la frontera actual.

§ 2.º) Del punto de intersección del paralelo 18º. 54' con la línea recta que forma la frontera actual seguirá, por el mismo rumbo que al presente, hasta 18º. 14' de latitud y por ese paralelo irá a en-

desaguadouro da lagoa Mandioré, pelo qual subirá, atravessando a lagoa em linha recta até o ponto, na linha antiga de fronteira, equidistante dos dois marcos actuaes, e depois, por essa linha antiga, até o marco da margem septentrional.

§ 3.º) Do marco septentrional na lagoa Mandioré continuará em linha recta, no mesmo rumo que hoje, até a latitude de 17º.49' e por este paralelo até o meridiano do extremo Sudéste da lagoa Gabiba. Seguirá esse meridiano até a lagoa e atravessará esta em linha recta até o ponto equidistante dos dois marcos actuaes, na linha antiga de fronteira, e depois por esta linha antiga ou actual até a entrada do canal Pedro Segundo, também chamado recentemente rio Pando.

§ 4.º) Da entrada Sul do canal Pedro Segundo ou rio Pando até a confluencia do Beni e Mamoré os limites serão os mesmos determinados no artigo 2º do Tratado de 27 de Março de 1867.

§ 5.º) Da confluencia do Beni e do Mamoré descerá a fronteira pelo rio Madeira até a bocca do Abunan, seu affluente da margem esquerda, e subirá pelo Abunan até a latitude de 10º.20'. Dahi irá pelo paralelo de 10º.20', para Léste até o rio Rapirran e subirá por elle até a sua nascente principal.

§ 6.º) Da nascente principal do Rapirran irá, pelo paralelo da nascente, encontrar a Oéste o rio Iquiry e subirá por este até a sua origem, donde seguirá até o igarapé Bahia pelos mais pronunciados accidentes do terreno ou por uma linha recta, como aos Commissarios demarcadores dos dois paizes parecer mais conveniente.

§ 7.º) Da nascente do igarapé Bahia seguirá, descendo por este, até a sua confluencia na margem direita do rio Acre ou Aquiry e subirá por este até a nascente, se não estiver esta em longitude mais occidental do que a de 69º Oéste de Greenwich.

a) No caso figurado, isto é, se a nascente do Acre estiver em longitude menos occidental do que a indicada, seguirá a fronteira pelo meridiano da nascente até o paralelo de 11º e depois, para Oéste, por esse paralelo até a fronteira com o Perú.

b) Se o rio Acre, como parece certo, atravessar a longitude de 69º Oéste de Greenwich e correr ora ao Norte, ora ao Sul do citado paralelo de 11º, acompanhando mais ou menos este, o alveo do rio formará a linha divisoria até a sua nascente, por cujo meridiano continuará até o paralelo de 11º e dahi, na direcção de Oéste, pelo mesmo paralelo, até a fronteira com o Perú; mas, se a Oésta da citada longitude 69º o Acre correr sempre ao Sul do paralelo de 11º, seguirá a fronteira, desde esse rio, pela longitude de 69º até o ponto de intersecção com esse paralelo de 11º e depois por elle até a fronteira com o Perú.

ARTIGO II

A transferencia de territorios resultante da delimitação descrita no artigo precedente comprehende todos os direitos que lhes são inherentes e a responsabilidade derivada da obrigação de manter e respeitar os direitos reaes adquiridos por nacionaes e estrangeiros segundo os principios do direito civil.

contrar al Este el desaguadero de la laguna Mandioré, por el cual subirá, atravessando la laguna en línea recta, hasta el punto de la línea de la antigua frontera, equidistante de los dos marcos actuales, y despues, por esa línea antigua, hasta el marco de la margen septentrional.

§ 3.º) Del marco septentrional de la laguna Mandioré continuará en línea recta, en el mismo rumbo que al presente hasta la latitud de 17º.49', y por este paralelo hasta el meridiano del extremo Sud-Este de laguna Gabiba. Seguirá ese meridiano hasta la laguna y atravesará esta en línea recta hasta el punto equidistante de los dos marcos actuales, en la línea de la antigua frontera, y, despues por esta línea antigua ó actual, hasta la entrada del canal Pedro Segundo, llamado recientemente rio Pando.

§ 4.º) De la entrada Sud del Canal Pedro Segundo ó rio Pando hasta la confluencia del Beni y del Mamoré, los límites seran los mismos determinados en el Artículo 2º del Tratado de 27 de Marzo de 1867.

§ 5.º) Desde la confluencia del Beni y del Mamoré bajará la frontera por el rio Madera hasta la boca del Abuná, su affluente de la margen izquierda, y subirá por el Abuná, hasta la latitud de 10º.20'. Dealli irá por el paralelo 10º. 20' para el Oeste, hasta el rio Rapirran y subirá por este hasta su nascente principal.

§ 6.º) De la nascente principal del Rapirran, irá por el paralelo de la nascente á encontrar al Oeste el rio Iquiry y subirá por este hasta su origen, desde donde seguirá hasta el arroyo de Bahia por los mas pronunciados accidentes del terreno ó por una línea recta, como pareciere mas conveniente a los comisarios demarcadores de ambos países.

§ 7.º) De la nascente del arroyo de Bahia seguirá, bajando por este, hasta su desembocadura en la margen derecha del rio Acre ó Aquiry y subirá por este, hasta la nascente, si no estuviese esta en longitud mas occidental que la de 69º Oeste de Greenwich.

a) En el caso figurado, esto es, si la nascente del Acre estuviere en longitud menos occidental que la indicada, seguirá la frontera por el meridiano de la nascente hasta el paralelo 11º y despues, para el Oeste, por ese paralelo hasta la frontera con el Perú.

b) Si el rio Acre, como parece evidente, atravezase la longitud de 69º Oeste Greenwich y corriese ya al Norte, ya al Sud del citado paralelo 11º, acompañando mas ó menos este, el alveo del rio formará la línea divisoria hasta su nascente, por cuyo meridiano continuará hasta el paralelo de 11º y de alli, en dirección al Oeste, por el mismo paralelo, hasta la frontera con el Perú; mas, si al Oeste de la citada longitud 69º el Acre corriese siempre al Sud del paralelo 11º, seguirá la frontera, desde ese rio, por la longitud 69º hasta el punto de intersecção con ese paralelo 11º y despues por el, hasta la frontera con el Perú.

ARTICULO II

La transferencia de territorios resultante de la limitación descrita en el artículo anterior, comprende todos los derechos que les son inherentes y la responsabilidad derivada de la obligación de mantener y respetar los derechos reaes adquiridos por nacionaes y extranjeros segun los principios del derecho civil.

As reclamações provenientes de actos administrativos e de factos occorridos nos territorios permutados, serão examinadas e julgadas por um Tribunal Arbitral composto de um representante do Brasil, outro da Bolivia e de um Ministro estrangeiro acreditado junto ao Governo Brasileiro. Esse terceiro arbitro, presidente do Tribunal, será escolhido pelas duas Altas Partes Contractantes logo depois da troca das ratificações do presente Tratado. O Tribunal funcionará durante um anno no Rio de Janeiro e começará os seus trabalhos dentro do prazo de seis mezes contados do dia da troca das ratificações. Terá por missão: 1º Aceitar ou rejeitar as reclamações; 2º Fixar a importancia da indemnisação; 3º Designar qual dos dois Governos a deve satisfazer.

O pagamento poderá ser feito em apolices especiaes, ao par, que vençam o juro de tres por cento e tenham a amortisação de tres por cento ao anno.

ARTIGO III

Por não haver equivalencia nas areas dos territorios permutados entre as duas nações, os Estados Unidos do Brasil pagarão uma indemnisação de £ 2.000.000 (dois milhões de libras esterlinas), que a Republica da Bolivia aceita com o proposito de a applicar principalmente na construcção de caminhos de ferro ou em outras obras tendentes a melhorar as communicações e desenvolver o commercio entre os dois paizes.

O pagamento será feito em duas prestações de um milhão de libras cada uma: a primeira dentro do prazo de tres mezes, contado da troca das ratificações do presente Tratado, e a segunda em 31 de Março de 1905.

ARTIGO IV

Uma Commissão Mixta, nomeada pelos dois Governos, dentro do prazo de um anno, contado da troca das ratificações, procederá á demarcação da fronteira descripta no Artigo I, começando os seus trabalhos dentro dos seis mezes seguintes á nomeação.

Qualquer desaccordo entre a Commissão Brasileira e a Boliviana, que não puder ser resolvido pelos dois Governos, será submettido á decisão arbitral de um membro da *Royal Geographical Society*, de Londres, escolhido pelo Presidente e membros do Conselho da mesma.

Se os Commissarios demarcadores nomeados por uma das Altas Partes Contractantes deixarem de concorrer ao lugar e na data da reunião que forem convencionados para o comço dos trabalhos, os Commissarios da outra procederão por si sós á demarcação, e o resultado das suas operações será obrigatorio para ambas.

ARTIGO V

As duas Altas Partes Contractantes concluirão dentro do prazo de oito mezes um Tratado de Commercio e Navegação baseado no principio da mais ampla liberdade de transito terrestre e navegação fluvial para ambas as nações, direito que ellas se reconhecem perpetuamente, respeitadas os regulamentos fiscaes e de

Las reclamaciones provenientes de actos administrativos y de hechos occorridos en los territorios permutados, seran examinados y juzgados por un Tribunal Arbitral compuesto de un representante del Brasil, otro de Bolivia y de un Ministro extranjero acreditado ante el Gobierno Brasileño. Este tercer árbitro, presidente del Tribunal, será escojido por las dos Altas Partes Contractantes despues del canje de las ratificaciones del presente tratado. El Tribunal funcionará durante un año en Rio de Janeiro y dará principio á sus trabajos en el plazo de seis mezes contados desde el dia del canje de las ratificaciones. Tendrá por misión: 1º Aceptar ó rechazar las reclamaciones; 2º Fijar el monto de la indemnización; 3º Designar cual de los dos Gobiernos la debe satisfacer.

El pago podrá ser hecho en bonos especiales, a la par, que ganen el interes del tres por ciento y tengan la amortización del tres por ciento anual.

ARTICULO III

Por no haber equivalencia en las áreas de los territorios permutados entre las dos naciones, los Estados Unidos del Brasil pagaran una indemnización de £ 2.000.000 (dos millones de libras esterlinas), que la República de Bolivia acepta con el proposito de aplicarla principalmente á la construcción de caminos de hierro ú otras obras tendientes a mejorar las comunicaciones y desenvolver el comercio entre los dos países.

El pago será hecho en dos partidas de un millón de libras cada una: la primera dentro del plazo de tres mezes, contado desde el canje de las ratificaciones del presente tratado y la segunda el 31 de Marzo de 1905.

ARTICULO IV

Una Comisión Mixta, nombrada por los dos Gobiernos dentro del plazo de un año, contado desde el canje de las ratificaciones, procederá a la demarcación de la frontera descripta en el Artículo I, principiando sus trabajos a los seis mezes siguientes a su nombramiento.

Cualquier desacuerdo entre la Comisión Brasileña y la Boliviana que no pudiese ser resuelto por los dos Gobiernos, será sometido á la decisión arbitral de un miembro de la *Royal Geographical Society*, de Londres, escojido por el Presidente y miembros del consejo de la misma.

Si los Comisarios demarcadores nombrados por una de las Altas Partes Contractantes dejasen de concurrir al lugar y fecha que fueren convenidos para dar principio a los trabajos, los Comisarios de la otra procederan por si solos a la demarcación, y el resultado de sus operaciones será obligatorio para ambas.

ARTICULO V

Los dos Altas Partes Contractantes concluiran dentro del plazo de ocho mezes un tratado de Comercio y Navegación, basado en el principio de la mas amplia libertad de tránsito terrestre y navegación fluvial para ambas naciones, derecho que ellas se reconocen a perpetuidad, respetando los reglamentos fiscaes y de

polícia estabelecidos ou que se estabeleçarem no territorio de cada uma. Esses regulamentos deverão ser tão favoráveis quanto seja possível á navegação e ao commercio e guardar nos dois paizes a possível uniformidade. Fica, porém, entendido e declarado que se não comprehende nessa navegação a de porto a porto do mesmo paiz, ou de cabotagem fluvial, que continuará sujeita em cada um dos dois Estados ás respectivas leis.

ARTIGO VI

De conformidade com a estipulação do artigo precedente, e para o despacho em transito de artigos de importação e exportação, a Bolivia poderá manter agentes aduaneiros junto ás alfandegas brasileiras de Belém do Pará, Manáos e Corumbá e nos demais postos aduaneiros que o Brasil estabeleça sobre o Madeira e o Mamoré ou em outras localidades da fronteira commum. Reciprocamente, o Brasil poderá manter agentes aduaneiros na alfandega boliviana de Villa Bella ou em qualquer outro posto aduaneiro que a Bolivia estabeleça na fronteira commum.

ARTIGO VII

Os Estados Unidos do Brasil obrigam-se a construir em territorio brasileiro, por si ou por empresa particular, uma ferro-via desde o porto de Santo Antonio, no rio Madeira, até Guajará-Mirim, no Mamoré, com um ramal que, passando por Villa-Murtinho ou outro ponto proximo (Estado de Matto-Grosso), chegue a Villa-Bella (Bolivia), na confluencia do Beni e do Mamoré. Dessa ferro-via, que o Brasil se esforçará por concluir no prazo de quatro annos, usarão ambos os paizes com direito ás mesmas franquezas e tarifas.

ARTIGO VIII

A Republica dos Estados Unidos do Brasil declara que ventilará directamente com a do Perú a questão de fronteiras relativa ao territorio comprehendido entre a nascente do Javary e o paralelo de 11°, procurando chegar a uma solução amigavel do litigio sem responsabilidade para a Bolivia em caso algum.

ARTIGO IX

Os desacordos que possam sobrevir entre os dois Governos quanto á interpretação e execução do presente Tratado, serão submetidos a Arbitramento.

ARTIGO X

Este Tratado, depois de approvedo pelo Poder Legislativo de cada uma das duas Republicas, será ratificado pelos respectivos Governos e as ratificações serão trocadas na cidade do Rio de Janeiro no mais breve prazo possível.

Em fé do que nós, os Plenipotenciarios acima nomeados, assignamos o presente tratado, em dois exemplares, cada um nas linguas portugueza e castelhana, appondo nelles os nossos sellos.

Feito na cidade de Petropolis, aos dezeseite dias do mez de novembro de mil novecentos e tres.

(L. S.) RIO-BRANCO.
(L. S.) J. F. DE ASSIS BRASIL.
(L. S.) FERNANDO E. GUACHALLA.
(L. S.) CLAUDIO PINILLA.

polícia estabelecidos ó que se establecieren en el territorio de cada una. Eses reglamentos deberan ser tan favorables cuanto sea posible a la navegacion y al comercio y guardar en los dos paizes la posible uniformidad. Queda, sin embargo, entendido y declarado que no se comprende en esa navegacion la de puerto a puerto del mismo pais, ó de cabotage fluvial, que continuará sujeta en cada uno de los dos Estados a sus respectivas leyes.

ARTICULO VI

En conformidad a la estipulación del Artículo precedente, y para el despacho en tránsito de artículos de importación, y exportación, Bolivia podrá mantener agentes aduaneros junto a las aduanas brasileñas de Belem del Pará, Manáos, Corumbá y demas puertos aduaneros que el Brasil establezca sobre el Madera, Mamoré ó otras localidades de la frontera común. Reciprocamente, el Brasil podrá mantener agentes aduaneros en la aduana boliviana de Villa Bella ó en cualquier otro puesto aduanero que Bolivia establezca en la frontera común.

ARTICULO VII

Los Estados Unidos del Brasil se obligan a construir en territorio brasileño, por si ó por empresa particular, un ferro-carril desde el puerto de Santo Antonio, en el rio Madera, hasta Guajará-Mirim, en el Mamoré, con un ramal que, pasando por Villa-Murtinho ó otro punto proximo (Estado de Matto-Grosso), Hegue a Villa-Bella (Bolivia), en la confluencia del Beni con el Mamoré. De ese ferro-carril, que el Brasil se esforçará en concluir en el plazo de cuatro años, usaran ambos países con derecho a las mismas franquicias y tarifas.

ARTICULO VIII

La República de los Estados Unidos del Brasil declara que ventilará directamente con la del Perú la cuestión de fronteras relativa al territorio comprendido entre la naciente del Yavary y el paralelo 11°, procurando llegar a una solución amigable del litigio sin responsabilidad para Bolivia en ninguno caso.

ARTICULO IX

Los desacuerdos que puedan sobrevenir entre los dos Gobiernos encuaneto a la interpretación y ejecución del presente Tratado, seran sometidos á Arbitraje.

ARTICULO X

Este Tratado despues de aprobado por el Poder Legislativo de cada una de las dos Repúblicas, será ratificado por los respectivos Gobiernos y las ratificaciones seran canjeadas en la ciudad de Rio de Janeiro, en el mas breve plazo posible.

En fe de lo cual nos otros Plenipotenciarios arriba nombrados, firmamos el presente Tratado, en dos ejemplares, cada uno de ellos en las lenguas portugueza y castellana, y les ponemos nuestros respectivos sellos.

Hecho en la ciudad de Petropolis, a los diez y siete dias del mes de Noviembre de mil novecientos tres.

(L. S.) RIO-BRANCO.
(L. S.) J. F. DE ASSIS BRASIL.
(L. S.) FERNANDO E. GUACHALLA.
(L. S.) CLAUDIO PINILLA.